

Ata da 1ª Reunião Extraordinária do COMAM de 2021

Ao vigésimo segundo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, por meio de videoconferência na plataforma *Microsoft Teams*, com início às quatorze horas e vinte minutos, realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM do ano de 2021, que teve como pautas: 1) Informes Gerais, 2) Apresentação e deliberação a respeito do Processo nº S2020006767, o qual solicita autorização ambiental para supressão/transplante vegetal. Requerente: TENDA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A, 3) Apresentação e deliberação a respeito do Processo nº S2020010630, o qual solicita autorização ambiental para supressão/transplante vegetal. Requerente: MARQUISE 8 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e 4) Outros assuntos de interesse. Luciana Lobo (SEUMA) inicia a reunião, cumprimenta os presentes e faculta a palavra para realização dos informes gerais. Posteriormente, Marcelo Rebouças (SEUMA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e realiza algumas orientações a respeito das etapas e procedimentos referentes a reunião, em seguida solicitou que os conselheiros se manifestassem a respeito da necessidade da leitura da Ata da reunião anterior e se haveriam alterações a serem realizadas, não ocorrendo considerações e posicionamentos em contrário pelo colegiado, foi comunicada à aprovação do documento. Posteriormente, Viviane Damasceno (CPA) assume a palavra, cumprimenta os presentes e faculta a palavra para que os conselheiros realizassem seus informes. Em seguida, Andrea Crispim (AGB) assume a palavra e menciona que gostaria tirar dúvidas a respeito dos pareceres técnicos relativos aos processos. Na sequência, Viviane Damasceno (CPA) assume a palavra e esclarece que haverá um momento para essa etapa quando a respectiva pauta estiver em apreciação pelo colegiado. Posteriormente, Nélio Batista (SMS) assume a palavra e solicita um momento próximo ao final da reunião para discorrer sobre o tema “Pandemias e Saúde Humana”, considerando sua relevância também para o meio ambiente. Em seguida, Jerônimo Paulo (FBFF) assume a palavra e solicita que seja realizada uma visita técnica no Parque Urbano da Lagoa da Viúva, localizado no bairro Siqueira, para acompanhamento das intervenções que estão sendo realizadas no local, ressaltando também a questão da acessibilidade. Posteriormente, uma vez constatado que não havia mais inscrições para pronunciamentos por parte dos conselheiros, a palavra foi facultada para o início das tratativas inerentes a segunda pauta da reunião. Em seguida, a equipe técnica designada pela empresa Tenda Negócios Imobiliários inicia sua apresentação, Marcus Vinícius (CON_ASS CARTOGRAFIA E SERVIÇOS) assume a palavra, cumprimenta os presentes e realiza uma contextualização geral a respeito da empresa e do empreendimento, salientando que ele se enquadra como de interesse social, vinculado ao programa federal “Casa Verde e Amarela”, anteriormente conhecido como “Minha Casa, Minha Vida”. Continuando sua explanação, Marcus Vinícius (CON_ASS CARTOGRAFIA E SERVIÇOS) discorre sobre os seguintes tópicos constantes na apresentação: contextualização, empreendimento Maraponga Ville, dados gerais, empresas contratadas, licenças e autorizações concedidas, dados do processo, características ambientais, planos de manejo de flora e fauna e considerações. Uma vez encerrado o momento para apresentação, a palavra foi facultada para que os conselheiros realizassem suas considerações. Em seguida, Diego Amora (SECULTFOR) assume a palavra, cumprimenta os presentes e chama a atenção para a utilização de um espaço considerável de tempo para apresentação de dados gerais da empresa e solicita mais informações e detalhes a respeito do projeto de paisagismo do empreendimento, ressaltando a disposição das áreas verdes. Posteriormente, Andrea Crispim (AGB) assume a palavra, cumprimenta a todos e solicita alguns esclarecimentos a respeito do parecer técnico emitido pela Célula de Licenciamento Ambiental - CELAM da SEUMA no que tange ao relatório de vistoria e da análise ambiental, ressaltando a incidência de parte do terreno em zona de preservação ambiental – ZPA. Em seguida, Rosângela de Albuquerque (SEPOG) assume a palavra, cumprimenta os presentes e solicita esclarecimentos a respeito da área verde situada no terreno. Posteriormente, Luana Marques (SINDUSCON) assume a palavra e sugere que para reuniões futuras uma equipe de técnicos da SEUMA realizasse uma apresentação anterior de modo a contextualizar os pareceres técnicos e as etapas do licenciamento dos empreendimentos para o Conselho, com o intuito de facilitar a compreensão por todos. Continuando sua explanação, Luana Marques (SINDUSCON) ressalta que o conceito de sustentabilidade engloba vários fatores e que a abordagem socioeconômica elencada ao longo da apresentação também é importante. Em seguida, Viviane Damasceno (CPA) assume a palavra e informa que técnicos da Célula de



49 Licenciamento Ambiental – CELAM da SEUMA encontravam-se presentes na reunião para esclarecer as
50 eventuais dúvidas que surgissem por parte dos presentes. Posteriormente, Marcus Vinícius (CON_ASS
51 CARTOGRAFIA E SERVIÇOS) assume a palavra e presta esclarecimentos em torno dos questionamentos
52 realizados. Inicialmente, Marcus Vinícius (CON_ASS CARTOGRAFIA E SERVIÇOS) informa que os índices
53 urbanísticos relativos as áreas verdes foram respeitados, na sequência fornece informações relativas ao
54 zoneamento, manejo de fauna e flora. Continuando sua explanação, Marcus Vinícius (CON_ASS CARTOGRAFIA
55 E SERVIÇOS) menciona que com relação a área delimitada como Zona de Preservação Ambiental – ZPA, houve
56 um cercamento de modo a não permitir que o empreendimento tenha acesso a essa área. Em seguida, Kelly de
57 Souza (TENDA) assume a palavra e ressalta que a área de ZPA encontra-se cercada e não sofrerá intervenções,
58 conforme previsto nas condicionantes da licença. Posteriormente, Nathália Bugni (SEUMA) assume a palavra e
59 esclarece dúvidas a respeito do relatório de vistoria e do parecer técnico elaborados, salientado o
60 macrozoneamento urbano e ambiental. Em seguida, Jerônimo Paulo (FBFF) assume a palavra e solicita
61 informações a respeito da localização do empreendimento. Posteriormente, Marcus Vinícius (CON_ASS
62 CARTOGRAFIA E SERVIÇOS) assume a palavra e fornece as informações solicitadas a respeito da localização.
63 Em seguida, Maria do Socorro (MPCE) assume a palavra e solicita esclarecimentos com relação ao sistema de
64 tratamento de efluentes previsto para o empreendimento, bem como a disposição final do efluente. Em seguida,
65 Kelly de Souza (TENDA) assume a palavra e esclarece que o memorial descritivo e o projeto da Estação de
66 Tratamento de Efluentes – ETE foram apresentados e aprovados no âmbito do processo para concessão da
67 licença ambiental, constando a descrição e todas as etapas para o tratamento. Posteriormente, Maria do Socorro
68 (MPCE) assume a palavra e solicita esclarecimentos a respeito do termo de compromisso firmado entre a
69 empresa e a SEUMA. Em seguida, Kelly de Souza (TENDA) assume a palavra e esclarece que o termo de
70 compromisso se refere especificamente a questão da ZPA, na qual a empresa manifesta ciência a respeito da
71 zona de preservação ambiental incidente no terreno e se compromete em não construir/intervir nessa área e
72 realizar sua manutenção por meio da instalação de cerca viva ou gradil. Posteriormente, considerando as
73 considerações e dúvidas elencadas, Viviane Damasceno (CPA) assume a palavra e sugere a solicitação de vistas
74 ao processo, possibilitando a concessão de um prazo maior para os conselheiros analisarem os arquivos e
75 documentos pertinentes ao processo, bem como um novo momento para retirada de dúvidas. Em seguida, Maria
76 do Socorro (MPCE) assume a palavra e solicita o pedido de vistas ao processo por um prazo de 10 (dez) dias.
77 Posteriormente, Marcus Vinícius (CON_ASS CARTOGRAFIA E SERVIÇOS) assume a palavra e menciona que o
78 que está sendo apreciado junto ao Conselho é a autorização ambiental para supressão/transplântio vegetal,
79 salientando que o trâmite para concessão da licença ambiental ocorreu em um outro processo. Em seguida,
80 Maria do Socorro (MPCE) assume a palavra e informa que uma autorização está vinculada a outra, no caso em
81 questão a licença ambiental se caracterizando como principal e que a concessão de prazo seria importante para
82 possibilitar a análise em torno do projeto da Estação de Tratamento de Efluentes - ETE. Posteriormente, Marcus
83 Vinícius (CON_ASS CARTOGRAFIA E SERVIÇOS) assume a palavra e esclarece que a ETE possui uma licença de
84 operação separada do empreendimento e que o mesmo só recebe o “habite-se” com a licença de operação já
85 aprovada, com todas as etapas inerentes a análise desse trâmite concluídas. Em seguida, Luciana Lobo (SEUMA)
86 assume a palavra e menciona a possibilidade dos técnicos da CELAM procederem com uma explanação a
87 respeito das etapas e procedimentos do trâmite de licenciamento de modo a prestar os devidos esclarecimentos
88 a todos os presentes. Posteriormente, David Landim (CRBio) assume a palavra, corrobora com o pedido de
89 vistas ao processo, salientando que se trata de um direito por parte do conselheiro e solicita mais
90 esclarecimentos a respeito da matriz de impactos e o transplântio de vegetação. Em seguida, Luana Marques
91 (SINDUSCON) assume a palavra e menciona que a concessão de prazo para análise conforme regimento
92 corresponderia a 5 (cinco) dias e sugere que seja reavaliada a etapa para submissão desse tipo de demanda
93 junto ao COMAM, uma vez que os questionamentos que estavam sendo elencados se referiam a várias das etapas
94 do licenciamento como um todo. Posteriormente, Diego Amora (SECULTFOR) assume a palavra e solicita
95 esclarecimentos em torno das consequências do pedido de vistas, seja individual ou coletivo e se com isso a
96 votação do processo em questão seria adiada. Em seguida, Viviane Damasceno (CPA) assume a palavra e



97 esclarece que com a concessão de vistas ao processo a deliberação ocorreria em um momento posterior, em
98 uma nova reunião a ser realizada após transcorrido o prazo estipulado para análise. Posteriormente, Luana
99 Marques (SINDUSCON) assume a palavra e informa que no regimento interno não consta previsão de adiamento
100 da votação com base na solicitação de vistas ao processo, mencionando que em participação em outros fóruns
101 o que já tinha observado em outras situações é que o conselheiro que realizou o pedido de vistas poderia
102 registrar seu voto em um momento posterior, enquanto que os conselheiros que já se sentissem contemplados
103 com o que fora apresentado poderiam expressar os seus respectivos votos. Em seguida, Diego Amora
104 (SECULTFOR) assume a palavra, corrobora com a explanação realizada pela conselheira anterior, mas menciona
105 que em se tratando de vistas coletivas é favorável ao adiamento da votação. Na sequência, Fernando Bezerra
106 (SEMA) assume a palavra e informa que quando há solicitação de vistas de processo objeto de pauta em reunião
107 do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, a deliberação é suspensa e ocorre em uma reunião posterior.
108 Em seguida, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e, considerando o prosseguimento dos trabalhos, sugere
109 o avanço para a terceira pauta prevista para a reunião enquanto a demanda com relação à deliberação seria
110 averiguada junto a Assessoria Jurídica da SEUMA, sendo sua solicitação prontamente atendida pelo colegiado.
111 Em seguida, a palavra foi facultada para que a equipe técnica designada pela empresa Marquise
112 Empreendimentos iniciasse a apresentação referente a terceira pauta da reunião. Posteriormente, Camila
113 Claudino (M. LAR EMPREENDIMENTOS) assume a palavra, cumprimenta os presentes e inicia a explanação
114 realizando uma contextualização geral a respeito da empresa e do projeto, ressaltando que se trata de habitação
115 de interesse social, abordando os seguintes tópicos: localização, histórico do licenciamento, ficha técnica
116 (projeto e obra), informações gerais sobre o empreendimento e implantação no terreno. Em seguida, Filipe (HL
117 SOLUÇÕES AMBIENTAIS) assume a palavra e discorre sobre as seguintes temáticas: caracterização regional,
118 macrozoneamento urbano - PDP, aspectos legais, levantamento da fauna e flora, evidências antrópicas na área,
119 medidas mitigadoras (fauna e flora) e equipe técnica. Posteriormente, Camila Claudino (M. LAR
120 EMPREENDIMENTOS) assume a palavra e explana a respeito das ações voluntárias que serão adotadas pela
121 empresa, para além do que está previsto em legislação, mencionando que está havendo diálogo constante com
122 as associações de bairro da localidade. Encerrado o momento para apresentação, a palavra foi facultada para
123 que os conselheiros realizassem suas considerações. Em seguida, Rosângela de Albuquerque (SEPOG) assume
124 a palavra e solicita informações se há melhorias previstas a serem realizadas na área verde próxima ao
125 empreendimento. Posteriormente, Camila Claudino (M. LAR EMPREENDIMENTOS) esclarece que a área em
126 questão não está inserida na matrícula do empreendimento e que se trata de uma área isolada. Posteriormente,
127 Diego Amora (SECULTFOR) assume a palavra e solicita informações a respeito do manejo de flora no que tange
128 ao aproveitamento, transplantio e replantio dos espécimes. Em seguida, Filipe (HL SOLUÇÕES AMBIENTAIS)
129 assume a palavra e realiza esclarecimentos a respeito do manejo de flora, reforçando o quantitativo de espécies
130 e o número de indivíduos de flora exótica e nativa. Em seguida, David Landim (CRBIO) assume a palavra e
131 questiona se está previsto a realização de transplantios no projeto. Posteriormente, Filipe (HL SOLUÇÕES
132 AMBIENTAIS) assume a palavra e informa que não está previsto a realização de transplantio, porém haveria a
133 reposição de acordo com as diretrizes constantes no Manual de Arborização da SEUMA. Em seguida, David
134 Landim (CRBIO) solicita vistas ao processo, tendo em vista a averiguação da possibilidade de ocorrer o
135 transplantio de algumas das espécies nativas inseridas na área, ressaltando sua importância e os serviços
136 ecossistêmicos que são prestados. Posteriormente, Diego Amora (SECULTFOR) assume a palavra e solicita mais
137 informações a respeito das medidas mitigatórias previstas com relação ao manejo de flora. Em seguida, Filipe
138 (HL SOLUÇÕES AMBIENTAIS) assume a palavra e salienta que as medidas mitigadoras se concretizam por meio
139 da reposição de mudas e da metodologia que será empregada no âmbito da realização da supressão.
140 Continuando sua explanação, Filipe (HL SOLUÇÕES AMBIENTAIS) reforça que estão sendo observadas todas as
141 normas e diretrizes constantes nos termos de referência e que não há previsão da obrigatoriedade com relação
142 ao transplantio, contudo, reconhece a importância do que foi exposto e que essa ação se caracterizaria como
143 uma boa prática ambiental. Diante disso, realiza a proposição do replanejamento e compromisso com relação
144 ao transplantio de modo a atender a revisão que foi solicitada. Posteriormente, Camila Claudino (M. LAR



145 EMPREENDIMENTOS) assume a palavra e informa que a empresa irá acatar a sugestão dos conselheiros e se
146 comprometer com a realização do transplântio na área do empreendimento. Em seguida, David Landim (CRBIO)
147 assume a palavra e informa que a sua solicitação se encontrava atendida e retira o pedido de vistas ao processo,
148 na sequência menciona a importância de se estabelecer uma regulação com relação a porcentagem de
149 transplântios a serem realizados pelos empreendimentos e sugere a criação de um banco de dados no município
150 para doação e recebimento dos espécimes a serem transplântados. Em seguida, Filipe (HL SOLUÇÕES
151 AMBIENTAIS) assume a palavra e menciona a possibilidade de uma futura instrução normativa por parte dos
152 órgãos ambientais nesse sentido. Posteriormente, Diego Amora (SECULTFOR) assume a palavra, agradece pelos
153 esclarecimentos e reforça a importância do acompanhamento das demandas deliberadas pelo Conselho e que
154 sejam realizados futuros informes a respeito do andamento das ações. Em seguida, Mirian Costa (UFC) assume
155 a palavra, ressalta a importância dos serviços ecossistêmicos desempenhados pelas espécies vegetais na área
156 em questão e questiona se há alguma medida de engenharia prevista de modo a garantir uma maior infiltração
157 de água no solo. Posteriormente, Iara Rodrigues (IPLANFOR) assume a palavra e reforça a solicitação que na
158 apresentação esteja contido o projeto paisagístico de modo a propiciar uma melhor análise, sugere que seja
159 disponibilizada uma imagem contendo a sobreposição do projeto, de modo a facilitar a visualização e auxiliar
160 na sugestão de medidas e soluções, bem como na deliberação por parte dos conselheiros. Em seguida, José Maria
161 (IBAMA) assume a palavra e solicita informações a respeito do manejo de fauna com relação a área que irá
162 receber os animais que serão afugentados e se existe um destino previsto para a fauna que será coletada.
163 Posteriormente, Camila Claudino (M. LAR EMPREENDIMENTOS) assume a palavra e realiza esclarecimentos em
164 torno dos questionamentos elencados. Primeiramente, informa que com relação a permeabilidade do terreno,
165 será adotado a utilização de contra grama, piso intertravado e grama, ressaltando que o projeto contempla mais
166 de quarenta por cento de permeabilidade direta, configurando-se como acima do parâmetro previsto em
167 legislação. Continuando os trabalhos, Camila Claudino (M. LAR EMPREENDIMENTOS) informa que no âmbito
168 do paisagismo está previsto a utilização de diversas espécies vegetais e que com relação a supressão, antes do
169 início propriamente dito da ação ocorre a protocolização de um processo junto a SEUMA referente ao
170 monitoramento dessa atividade. Em seguida, Camila Claudino (M. LAR EMPREENDIMENTOS) reforça o
171 compromisso com relação a realização do transplântio de espécimes e com relação ao afugentamento de fauna,
172 salienta que os animais serão direcionados para uma zona de preservação ambiental – ZPA próxima a área em
173 questão. Posteriormente, Filipe (HL SOLUÇÕES AMBIENTAIS) assume a palavra e complementa os
174 esclarecimentos a respeito do manejo de fauna ressaltando as etapas de resgate e salvamento, menciona que a
175 área prevista para soltura da fauna possui capacidade de suporte, que os animais que porventura vierem a óbito
176 serão encaminhados para o Núcleo Regional de Ofiologia - NUROF da Universidade Federal do Ceará e aqueles
177 que vierem a se acidentarem serão direcionados para clínicas veterinárias parceiras. Em seguida, Diego Amora
178 (SECULTFOR) assume a palavra e considerando a continuidade dos trabalhos para deliberação, chama a atenção
179 para a definição do percentual de transplântios a serem realizados no âmbito do empreendimento, sendo
180 corroborado pelo conselheiro David Landim (CRBIO). Posteriormente, Camila Claudino (M. LAR
181 EMPREENDIMENTOS) assume a palavra e informa que a empresa se compromete a observar como parâmetro
182 mínimo a porcentagem de 5% (cinco por cento) do total de unidades para realização de transplântios,
183 ressaltando que à medida que fosse verificada a viabilidade *in loco* por parte da equipe técnica esse percentual
184 poderá ser ampliado. Em seguida, Luciana Lobo (SEUMA) assume a palavra e propõe como encaminhamento,
185 de acordo com o que foi explanado anteriormente, o compromisso por parte da empresa em torno do percentual
186 mínimo de cinco por cento informado, podendo esse quantitativo ser ampliado conforme for detectado nas
187 avaliações técnicas realizadas e que essas informações sejam encaminhadas posteriormente à SEUMA para
188 disponibilização aos conselheiros. Em seguida, foi verificada a concordância por parte do requerente e do
189 colegiado em torno do encaminhamento sugerido. Posteriormente, David Landim (CRBIO) assume a palavra e
190 sugere que seja verificado posteriormente um dispositivo para regulação por parte da Secretaria no que tange
191 a definição do percentual para transplântios. Posteriormente, Nélio Batista (SMS) assume a palavra e
192 considerando o adiantamento do horário, solicita que a sugestão de inclusão de pauta por parte da Secretaria



193 Municipal da Saúde seja realizada em uma reunião posterior. Em seguida, Maria do Socorro (MPCE) solicita que
194 seja encaminhado posteriormente via e-mail o georreferenciamento da área em questão. Posteriormente,
195 Jerônimo Paulo (FBFF) assume a palavra e reforça a importância do diálogo junto as associações de moradores
196 da localidade conforme citado pelo empreendedor e do monitoramento das ações a serem realizadas por parte
197 dos órgãos competentes. Em seguida, Lamarka Lopes (UNIFOR) assume a palavra, cumprimenta os presentes e
198 reforça o pedido de que seja dado um retorno ao Conselho a respeito do monitoramento das ações
199 desempenhadas. Posteriormente, não havendo mais manifestações por parte dos conselheiros, Luciana Lobo
200 (SEUMA) solicita que seja iniciada a chamada para realização da votação. Prosseguindo com as tratativas,
201 Marcelo Rebouças (SEUMA) procede com a leitura da pauta: “Apresentação e deliberação a respeito do Processo
202 nº S2020010630, o qual solicita autorização ambiental para supressão/transplante vegetal. Requerente:
203 MARQUISE 8 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA” e realiza a chamada nominal para que as entidades e
204 órgãos representados expressassem os seus respectivos votos. Após apuração da votação, Marcelo Rebouças
205 (SEUMA) comunica que o processo nº S2020010630 foi aprovado, contando com 19 (dezenove) votos
206 favoráveis, sendo: Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, Secretaria Municipal da
207 Infraestrutura - SEINF, Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, Secretaria
208 Municipal da Educação - SME, Procuradoria Geral do Município - PGM, Secretaria Municipal da Cultura de
209 Fortaleza - SECULTFOR, Secretaria Municipal da Saúde - SMS, Secretaria Municipal da Gestão Regional - SEGER,
210 Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos - SCSP, Secretaria do Meio Ambiente - SEMA,
211 Coordenadoria de Políticas Ambientais - CPA, Secretaria do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza -
212 HABITAFOR, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Autarquia de
213 Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, Companhia de
214 Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, Ecofor Ambiental, Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza
215 - FBFF, Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Ceará - SINDUSCON/CE e Universidade Federal do Ceará
216 - UFC; houve 6 (seis) votos contrários: Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR, Associação dos
217 Geógrafos do Brasil - AGB, Conselho Regional de Biologia - CRBIO, Ministério Público do Estado do Ceará -
218 MPCE, Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB/CE e Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Em seguida, Luciana
219 Lobo (SEUMA) assume a palavra e informa que considerando o pedido de vistas e consulta realizada junto a
220 assessoria jurídica, propõe que a segunda pauta prevista para a reunião seja apreciada em um outro momento
221 visando propiciar mais tempo para análise dos conselheiros, ficando pré-agendada a realização de uma reunião
222 extraordinária para o dia 04/05 (quatro de maio) a partir das 14:00 (quatorze horas) tendo em vista a
223 continuidade dos trabalhos relativos a pauta do Processo nº S2020006767. Diante da solicitação, a demanda foi
224 prontamente atendida pelo colegiado, não havendo manifestações em contrário. Em seguida, Maria do Socorro
225 (MPCE) assume a palavra e solicita acesso ao processo administrativo. Posteriormente, Luciana Lobo (SEUMA)
226 assume a palavra e informa que os arquivos serão encaminhados. Em seguida, Marcus Vinícius (CON_ASS
227 CARTOGRAFIA E SERVIÇOS) assume a palavra e sugere que seja realizado um momento para esclarecimentos
228 a respeito do trâmite do processo junto aos conselheiros no decorrer da semana seguinte, tendo em vista as
229 dúvidas relacionadas aos estudos ambientais e ao Projeto da ETE. Constatando-se que a sugestão foi acatada
230 pelos presentes, Luciana Lobo (SEUMA) esclarece que o convite para esse momento de retirada de dúvidas se
231 estende para todos os conselheiros e que o dia e o horário para realização seriam informados para todos via e-
232 mail tão logo houvesse a definição por parte da representação do MPCE. Em seguida, Luciana Lobo (SEUMA)
233 menciona que a reunião também irá contar com a presença de técnicos da SEUMA de modo a dirimir eventuais
234 dúvidas sobre as análises e pareceres. Por fim, Luciana Lobo (SEUMA) agradece a participação de todos e
235 comunica o encerramento da reunião. Sem mais, eu, Marcelo Rebouças da Silva, Secretário Executivo do COMAM
236 finalizo a presente ATA.



240 Estiveram presentes representantes de 27 instituições, totalizando 33 conselheiros, descritos a seguir:

	Instituição	Representante
1	SMS	Nélio Batista de Moraes (Titular)
2	CPA	Viviane Leite Damasceno (Titular)
3	CPA	Renata Veras Muniz Farias (Suplente)
4	SEMA	Fernando Faria Bezerra (Titular)
5	SEINF	Manuelito Cavalcante Junior (Titular)
6	SEUMA	Luciana Mendes Lobo (Titular)
7	SEUMA	Pedro César da Rocha Neto (Suplente)
8	SEPOG	Rosângela de Albuquerque e Silva (Suplente)
9	SME	José Eduardo Azevedo da Silva (Titular)
10	SME	Alessandra Mendes Gaspar (Suplente)
11	PGM	Denise Barbosa Sobreira (Titular)
12	SECULTFOR	Diego de Andrade Reis Oliveira Amora (Titular)
13	SEGER	Ítalo Alves de Andrade (Suplente)
14	SCSP	Francisco Aristeu Henrique Filho (Titular)
15	IPLANFOR	Iara Silvia Rodrigues de Oliveira (Suplente)
16	HABITAFOR	Andréa Sobreira Cialdini Borges (Suplente)
17	IBAMA	José Maria Barbosa da Silva (Suplente)
18	ACFOR	Leandro Joías Chaves (Titular)
19	CAGECE	Delano Sampaio Cidrack (Titular)
20	CRBIO	Danilo Saraiva Araújo (Titular)
21	CRBIO	David Landim Soares (Suplente)
22	ECOFOR	João Julio de Holanda Sombra (Titular)
23	ECOFOR	Atila da Silva Gomes (Suplente)
24	FBFF	Jerônimo Paulo da Silva (Titular)
25	FBFF	Luis Leão da Silva (Suplente)
26	AGB	Andrea Bezerra Crispim (Suplente)
27	IAB/CE	Emiliano Luiz de Oliveira Neto (Titular)
28	SINDUSCON	Luana Silva Marques Quinderé (Titular)
29	UFC	Mirian Cristina Gomes Costa (Titular)
30	UNIFOR	Lamarka Lopes Pereira (Titular)
31	MPCE	Maria do Socorro Costa Brilhante (Suplente)
32	CDL	Germano Botelho Belchior (Suplente)
33	CAU/CE	Brenda Rolim Chaves (Titular)

241
242
243
244
245



246 A reunião contou ainda com demais participantes:

	Instituição	Representante
1	SEUMA	Ivan Dias
2	SEUMA	Amanda Ribeiro
3	SEUMA	Adriane Melo
4	SEUMA	Rafael Tomaz
5	SEUMA	Marcelo Rebouças
6	SEUMA	Nathália Bugni
7	TENDA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	Kelly de Souza Ganem
8	TENDA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	José Geraldo Rodrigues dos Reis
9	MLAR EMPREENDIMENTOS/MARQUISE	Camila Claudino
10	BIOFORTSERVIÇOS	Stéfano Ilha Dissiuta
11	CON_ASS CARTOGRAFIA E SERVIÇOS	Marcus Vinícius Chagas da Silva
12	CON_ASS CARTOGRAFIA E SERVIÇOS	Luzanira Ribeiro
13	R. AMARAL ADVOGADOS	Denilson Cardoso
14	HL SOLUÇÕES AMBIENTAIS	Filipe R.
15	PÚBLICO EM GERAL (OUVINTE)	Ariela
16	PÚBLICO EM GERAL (OUVINTE)	Larissa Rolim
17	PÚBLICO EM GERAL (OUVINTE)	Albert Gradvohl
18	PÚBLICO EM GERAL (OUVINTE)	COPAF - CAU/CE
19		
20		
21		

247

248 Das representações que não compareceram, CREA/CE e ENEL/CE apresentaram justificativas.

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258 Ata aprovada em reunião realizada no dia 04/05/2021.

259

Fortaleza, 30 de abril de 2021.

Marcelo Rebouças da Silva
Secretário Executivo do COMAM

